

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2020

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 6 [Recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Éverton Nery Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-050-6 DOI 10.22533/at.ed.506201805</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Catarino, Elisângela Maura. III. Carneiro, Éverton Nery.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, o e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6”, contém histórias, relatos de experiências e de investigações desenvolvidas em vários contextos de formação científica. A diversidade de autores e de suas áreas de atuação colaboraram para a construção de um processo plural e múltiplo de pensar. Organizado em dois eixos temáticos, traz discussões que perpassam pelos pressupostos teórico-metodológicos, dando visibilidade a estudos e resultados de práticas, nas seguintes dimensões: (i) Educação entre as políticas e confabulações sociais – uma seção composta por 11 artigos que endossam a reflexão sobre políticas públicas e políticas educacionais, a partir dos seguintes liames – Interdisciplinaridade no meio acadêmico; Metodologias ativas na formação continuada de docentes; O cuidar e o educar na Educação Infantil; O estudante surdo/aproximações iniciais; Política educacional; Programa escola do amanhã x IDEB; Perfil políticos de estudantes de jornalismo do Centro-oeste do Brasil; Políticas Educacionais-breves reflexões; Políticas públicas-FUNDEB; PMBA x Escola-cidadania; Ensino religioso na rede pública municipal-Vila Velha ES. (ii) A proeminência da educação em contextos sociais - nessa seção a educação em diálogo com as tramas sociais se materializa nos discursos que trazem marcas e identificação da complexidade do cotidiano brasileiro; por esses discursos perpassam as seguintes ideias - Interações entre Universidade e Escola; Metodologias Participativas; Pedagogo e concursos públicos; Ser professor na/para Educação Inclusiva; Serviço social/profissionais híbridos; Atuação docente; As interações sociais para a prevenção e combate ao bullying; Potencial de fitorremediação; Saúde pública/Educação Ambiental; Residência Pedagógica; Escola sem partido.

Portanto, este é um e-book que abrange e diversifica discussões no tripé – Educação-Política-Trama Social, organizado em 24 textos que poderão colaborar para a formação de estudantes, desenvolvimento profissional de professores que dialogam e/ou têm pretensão de aprofundarem-se sobre as temáticas discutidas.

Marcelo Máximo Purificação

Filomena Teixeira

Cláudia Denis Alves da Paz

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS E AS CONFABULAÇÕES SOCIAIS

CAPÍTULO 1	1
INTERDISCIPLINARIDADE NO MEIO ACADEMICO: UM CIRCUITO DE AÇÕES EDUCATIVAS NOS MUSEUS DA UFU	
Amanda Patricia Tagliaro Humberto Torres Gonzales	
DOI 10.22533/at.ed.5062018051	
CAPÍTULO 2	9
METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES PARA A MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Aline Pinto Amorim Cherini Dulcileia Marchesi Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5062018052	
CAPÍTULO 3	23
O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Karin Débora Rodrigues Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.5062018053	
CAPÍTULO 4	32
O ESTUDANTE SURDO E A RECEPÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINO MÉDIO: APROXIMAÇÕES INICIAIS	
Edson Teixeira de Rezende Geraldo Balduino Horn Sueli Fatima Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.5062018054	
CAPÍTULO 5	47
O PAR COMO MECANISMO DE POLÍTICA PÚBLICA NA LITERATURA DA POLÍTICA EDUCACIONAL	
Jacqueline Nunes Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.5062018055	
CAPÍTULO 6	59
O PROGRAMA ESCOLAS DO AMANHÃ: ORIGENS, IMPLANTAÇÃO E OS RESULTADOS NO IDEB	
Luiza Alves de Oliveira Jairo Campos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5062018056	
CAPÍTULO 7	76
PERFIL POLÍTICO DE ESTUDANTES DE JORNALISMO – UMA ANÁLISE DE TRÊS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DA REGIÃO CENTRO-OESTE	
Antonia Alves Pereira Rosana Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5062018057	

CAPÍTULO 8 91

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: BREVES REFLEXÕES

Welton Rodrigues de Souza

DOI 10.22533/at.ed.5062018058

CAPÍTULO 9 100

POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O FUNDEB

Vanessa de Aguiar Oliveira Laja

Elisabeth dos Santos Tavares

Michel da Costa

DOI 10.22533/at.ed.5062018059

CAPÍTULO 10 111

PROJETO UM CAMINHAR PARA A CIDADANIA: DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA RELAÇÃO PMBA E ESCOLA

Luciano Araújo Lima

Aline Maria da Conceição de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.50620180510

CAPÍTULO 11 113

RELIGIÃO NA ESFERA PÚBLICA: QUESTÕES PEDAGÓGICAS, TÉCNICAS E SOCIOCULTURAIS DO ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

Alexandre Camelo Tavares

Ivani Coelho Andrade

DOI 10.22533/at.ed.50620180511

A PROEMINÊNCIA DA EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS SOCIAIS

CAPÍTULO 12 120

INTERAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA: PROPOSTAS PARA PENSAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INOVADORES

Camila de Barros Rodenbusch

Fernanda Fátima Cofferi

Sheila Caroline Saviczki

Bettina Steren dos Santos

Lorena Machado do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.50620180512

CAPÍTULO 13 131

METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS PARTICIPATIVAS: AVALIANDO À APRENDIZAGEM

Marta Fuentes-Rojas

Priscilla Perla Tartarotti Von Zuben Campos

DOI 10.22533/at.ed.50620180513

CAPÍTULO 14 143

O LUGAR DO PEDAGOGO NÃO ESCOLAR NOS EDITAIS (2010-2019) DE CONCURSOS PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL

Francisco Thiago Silva

Danilo Nogueira de Souza Pugas

Edna Mara Correa Miranda

DOI 10.22533/at.ed.50620180514

CAPÍTULO 15 159

O PENSAR, O SENTIR E O AGIR DOCENTE NA TRANSFORMAÇÃO DO SER PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marcia Raika e Silva Lima

DOI 10.22533/at.ed.50620180515

CAPÍTULO 16 169

O SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO DA LINGUAGEM: “NOVOS DESAFIOS PROFISSIONAIS NO ENSINO HÍBRIDO”

Geni Emília de Souza

Elisangela Pereira de Queiros Mazuelos

Anderson Barros da Silva

Kelly Cristina Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.50620180516

CAPÍTULO 17 184

OS DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DOCENTE NA OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O ENSINO MÉDIO

Sandra Papadopulos

DOI 10.22533/at.ed.50620180517

CAPÍTULO 18 188

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NO INCENTIVO AS INTERAÇÕES SOCIAIS PARA A PREVENÇÃO E COMBATE AO *BULLYING*

Oliria Maria Palitot da Costa Pessoa

Fábio Ricardo Martins Pessoa

Luana Palitot da Costa Pessoa

José Willames Pereira da Costa Filho

Maria Dilma Costa de Sousa

Lucas Costa Batista

DOI 10.22533/at.ed.50620180518

CAPÍTULO 19 201

POTENCIAL DE FITORREMEDIAÇÃO DO AZEVÉM E CORNICHÃO EM SOLOS CONTAMINADOS COM IMAZAPIR + IMAZAPIQUE

Beatriz Wardzinski Barbosa

Kellyn Klein

Mirla Andrade Weber

DOI 10.22533/at.ed.50620180519

CAPÍTULO 20 209

QUALIDADE EM SAÚDE PÚBLICA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE

Leidy Dayane Paiva de Abreu

Francisco Bruno Monte Gomes

Lívia Alves de Souza

Erandir Cruz Martins

Francisca Emanuela Paiva de Abreu

Petronio Silva de Oliveira

Maria Magnólia Batista Florêncio

José Laécio de Moraes

Francisco Evanildo Simão da Silva

DOI 10.22533/at.ed.50620180520

CAPÍTULO 21	221
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES ACERCA DA ESTRUTURA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO E DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO EDUCACIONAL	
<p> Marciele Gomes Rodrigues Thalita Brenda dos Santos Vieira Letícia de Andrade Ferreira Raiane de Brito Sousa Rayane Erika Galeno Oliveira Marcos Jadiel Alves </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180521	
CAPÍTULO 22	232
TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA VERSUS “ESCOLA SEM PARTIDO”: EDUCAR PARA ÉTICA E CIDADANIA COMO ALTERNATIVA AO Esvaziamento da Esfera Pública	
<p> Rafael Britto de Souza Claudia Teixeira Gadelha Isabella Nunes de Albuquerque Vicente Thiago Freire Brazil Alison Peterson Alves de Matos Francisco Edineudo Sousa Ferreira Rodrigo Raimar Andrade Leite </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180522	
CAPÍTULO 23	241
UMA REFLEXÃO SOBRE A AUTODECLARAÇÃO DA SEXUALIDADE A PARTIR DA VISÃO DE FUTUROS PROFESSORES	
<p> Joseanne Aparecida Maramaldo Levi José Gregório Viegas Brás </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180523	
CAPÍTULO 24	250
EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS	
<p> Marcelo Máximo Purificação Nélia Maria Pontes Amado </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180524	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	259
ÍNDICE REMISSIVO	260

RELIGIÃO NA ESFERA PÚBLICA: QUESTÕES PEDAGÓGICAS, TÉCNICAS E SOCIOCULTURAIS DO ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

Data de aceite: 11/05/2020

Alexandre Camelo Tavares

Doutorando em Ciência das Religiões pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9045028188809884>

Mestre em Ciência da Religião pela Faculdade Unida de Vitória. Professor efetivo na Educação

Básica em duas cadeiras na rede municipal de Educação de Vila Velha. Diretor da UMEF

Professor Antônio Lorenzutti. Contato: tavaresxandy@yahoo.com.br

Ivani Coelho Andrade

Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela EMESCAM. Especialista em

Psicopedagogia pela SABERES. Especialista em Gestão Pública Municipal pelo IFES/UAB.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6387340177631484>

Graduada em Pedagoga pela FAESA. Professora efetiva da Educação Básica nas redes municipais

de ensino de Vitória - ES e Serra - ES. Cedida para o município de Vila Velha - ES. Atua como

assessora na Subsecretaria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha-

ES (Semed). Contato: ivani.andrade@edu.vilavelha.es.gov.br

RESUMO: Considerando a LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 em seu Art. 64, afirma que a administração da educação é uma área de conhecimento que

como as demais requer formação adicional à formação inicial. Em seu Art. 61, incisos I e II, o princípio da formação dos docentes, enfatiza “ a associação entre teorias e práticas “ inclusive mediante capacitação em serviço. O exercício da gestão escolar requer uma ação conjunta que abrange o pensar e o fazer, a teoria e a prática, a formação didática- pedagógica - político – culturais. A presente aquisição é justificada inicialmente pela necessidade de alcance da Meta 16 do Plano Municipal de Educação (PME) – garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização do sistema de ensino. Considerando as diretrizes e bases da educação nacional, a LDBE – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 62, parágrafo primeiro: A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009). Considerando ainda a Resolução Municipal nº 11, de fevereiro de 2015, que em seu artigo 3º versa: “São objetivos da Política Municipal de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica”: I – Promover a melhoria da qualidade da Educação Básica;

II – Apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação continuada a profissionais do magistério; III – Promover a equalização das oportunidades de formação continuada dos profissionais do magistério dos diversos níveis e modalidades de ensino da educação básica; IV - Identificar e suprir a necessidade por formação continuada de profissionais do magistério.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Religioso. Religião. Legislação. Questões Pedagógicas. Laicidade.

RELIGION IN THE PUBLIC SPHERE: PEDAGOGICAL, TECHNICAL AND SOCIOCULTURAL ISSUES OF RELIGIOUS EDUCATION IN THE CITY OF VILA VELHA

ABSTRACT: Considering the LDB- Law of Education Guidelines and Bases 9394/96 in its Art. 64, it states that the administration of education is an area of knowledge that, like the others, requires additional training to the initial training. In its Art. 61, items I and II, the principle of teacher education, emphasizes “the association between theories and practices” including through in-service training. The exercise of school management requires a joint action that covers thinking and doing, theory and practice, didactic-pedagogical - political - cultural training. This acquisition is justified initially by the need to achieve Goal 16 of the Municipal Education Plan (PME) - guaranteeing all basic education professionals, continuing education in their area of activity, considering the needs, demands and contextualization of the education system. Considering the guidelines and bases of national education, the LDBE - Law nº 9.394 of December 20, 1996, article 62, first paragraph: The Union, the Federal District, the States and the Municipalities, in collaboration, must promote training initial, continuing and training of teaching professionals. (Included by Law No. 12,056, of 2009). Considering also Municipal Resolution No. 11, of February 2015, which in its 3rd article reads: “The objectives of the Municipal Policy for the Training of Basic Education Teachers” are: I - Promote the improvement of the quality of Basic Education; II - Support the offer and expansion of continuing education courses for teaching professionals; III - Promote equalization of opportunities for continuing education for teaching professionals at different levels and modalities of basic education; IV - Identify and supply the need for continuing education for teaching professionals.

KEYWORDS: Religious education. Religion. Legislation. Pedagogical Issues. Secularity.

1 | INTRODUÇÃO

O Ensino Religioso na educação pública possui uma longa trajetória histórica, desde a chegada dos jesuítas, no início da colonização brasileira por Portugal,

até hoje com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Em nosso país, o ensino religioso, legalmente aceito como parte dos currículos das escolas oficiais do ensino fundamental, na medida em que envolve a questão da laicidade do Estado, a secularização da cultura, a realidade socioantropológica dos múltiplos credos e a face existencial de cada indivíduo, torna-se uma questão de alta complexidade e de profundo teor polêmico. E os desafios para melhorar e manter essa disciplina nas escolas públicas da rede municipal de Vila Velha, no estado do Espírito Santo, e os progressos e retrocessos atuais da temática que dizem respeito às questões legais, pedagógicas e socioculturais na educação. A pesquisa demonstra as orientações sobre o Ensino Religioso na legislação brasileira. O objetivo maior é aprofundar o saber sobre religião e sobre o Ensino Religioso na escola, no intuito de defender a necessidade de inserção do ensino sobre as religiões como aspecto da cultura, como conhecimento importante sobre a existência humana e, conseqüentemente, de necessária abordagem nas salas de aula do ensino fundamental.

O Ensino Religioso historicamente é visto como um problema nos currículos escolares. Foi considerado como um componente curricular de apadrinhamento e de cunho eclesiástico, que posteriormente foi visto como disciplina sem muita importância. A partir desse cenário, se questiona como a disciplina deveria fazer parte ou não da matriz curricular da educação, com a mesma valorização dispensada à outras disciplinas.

Com todos esses questionamentos é que esta pesquisa tem o intuito de contribuir e oportunizando maior visibilidade ao acontecimento do Ensino Religioso no município de Vila Velha - ES.

Nessa perspectiva, que a criação do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) provoca a criação e oferta de cursos de graduação específica com licenciatura plena para a disciplina em voga.

A partir dessa realidade, são questionados: Por que é facultativa essa disciplina ao educando? Como ofertar ao educando uma disciplina se não há profissionais com habilitação específica para o exercício da função? Quando pesquisadores procuram estudar o desenvolvimento do Ensino Religioso no Brasil, a grande fonte é a legislação e não linhas educacionais.

É preciso desconstruir a ideia de Ensino Religioso catequético ou atividade confessional, de modo a assumir essa nova proposta que vem surgindo com tantos desafios e conquistas. É visível que ainda há muitos passos a serem avançados. Entretanto, é preciso promover estudos, debates e pesquisas para reinventar um jeito novo de pensar e agir no processo de valorização do Ensino Religioso no Município de Vila Velha - ES; mesmo sabendo que atualmente constitui um dos municípios da Grande Vitória que mais tem investido nessa área, já que há 104 professores em toda rede municipal, dos quais 76 são efetivos.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em 1961, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1961), o Ensino Religioso, em conformidade com o artigo 97, era novamente instituído como disciplina a ser ministrada nos horários normais das escolas oficiais, mas com matrícula facultativa para os alunos.

De acordo com o referido artigo, as aulas deveriam ser ministradas pelas igrejas sem ônus para os cofres públicos, respeitando a confissão religiosa do público-alvo, e as classes poderiam ser construídas com qualquer número de alunos (BRASIL, 1961). Como maneira de obter apoio para suas determinações, a Lei 5.692 de 1971 (BRASIL, 1971) reinseriu o Ensino Religioso nos horários regulares, compondo a área de estudos que agregava as aulas de Moral e Cívica, Artes e Educação Física, todas com direcionamento para formação dos alunos para um civismo e uma moral afinados com os interesses militares.

A preocupação com uma formação superior e pedagógica dos professores era específica de cada região, detendo-se, muitas vezes, no acompanhamento dos conteúdos de ordem teológica, com o espaço escolar sendo facilmente confundido com as comunidades religiosas. Por outro lado, a rede de ensino municipal de Vila Velha - ES desenvolveu a transição de um Ensino Religioso baseado nos moldes do estudo de uma característica religiosa para uma Proposta Curricular que vise compreender a sistematização do fenômeno religioso a partir de suas raízes orientais, ocidentais e africanas focando o processo ensino-aprendizagem no contexto de uma sociedade pluralista.

Dessa forma, baseado na fundamentação teórica encaminhada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), voltado para a disciplina de Ensino Religioso e, também, na atual legislação educacional em vigor não há motivo para a não opção pela frequência, pois não se trata mais do ensino confessional de uma determinada Religião e sim interconfessional.

O desafio de discutir a identidade pedagógica da disciplina de Ensino Religioso encontra-se no fato de que, no decurso de sua história, não foi concebido como elemento integrante de uma área maior como a educação. A situação educacional que encontramos no panorama pedagógico relacionado ao ensino religioso no Brasil não é nada favorável à implementação ou continuação da disciplina em questão em escolas públicas.

A atual legislação que estipula regulamentos gerais para a educação nacional, a LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 2018), afirma claramente, no seu artigo 62, que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na

educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

O Conselho Municipal de Educação de Vila Velha - ES tem como função zelar pelo cumprimento das diretrizes e bases da educação; estabelecer normas que visam à melhoria da qualidade do ensino; participar da elaboração e analisar os planos, projetos e programas da educação; propor normas para o aperfeiçoamento organizacional e funcionamento do sistema de ensino; emitir parecer sobre assuntos e questões pedagógicas e educacionais, submetidos pelo Secretário de Educação; fixar normas para o funcionamento e autorização das escolas (VILA VELHA, 2018).

Embora já visto até aqui os problemas técnicos, legais e pedagógicos, ligados à manutenção do ensino religioso em escolas públicas, precisamos abordar, também, a problemática relacionada ao setor sociocultural, gerada pelo fator religião nos meios públicos.

Uma educação orientada pelos princípios democráticos, que vise ao pleno desenvolvimento do ser humano considerando os alunos de diferentes tradições ou denominações religiosas, aqueles que não pertencem a nenhuma delas e os que dizem não professar crença alguma (BRASIL, 1996).

Tudo isso conduz a educação para diversidade e valorização da vida humana. Espaço que se torna privilegiado como microcosmo social. Entende-se assim que questão da diversidade religiosa ultrapassa o aspecto religioso e incide sobre o todo social. Junqueira (2011) observa que a escola não diz respeito apenas aos interesses das religiões, entretanto, também, se manifesta como uma questão de cidadania; entretanto a sociedade não assume o fato da característica de pluralismo.

Corroborando com Junqueira, o município de Vila Velha - ES oferta a disciplina para todos os alunos da rede, do ensino fundamental, do primeiro ao nono ano, como disciplina curricular obrigatória, uma vez por semana. Sendo que os professores contam com formação continuada uma vez ao mês e grupo de estudo por adesão, também, uma vez ao mês. A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) conta com um setor de Formação Continuada que é composta por profissionais de todas as disciplinas, onde ofertam formações presenciais e semipresenciais pela Plataforma E-proinfo, a partir de diversas metodologias de pesquisas como, por exemplo, pesquisa bibliográfica, palestras e pesquisa de campo.

Com base nos conteúdos veiculados no componente curricular da disciplina de Ensino Religioso, devem ser discutidas as relações de poder que permeiam as concepções materialistas, históricas e religiosas presentes na sociedade humana.

3 | METODOLOGIA

A metodologia privilegiada foi a pesquisa bibliográfica (GIL, 2001), a partir da busca por uma fundamentação teórica, considerando concepções e conceitos voltados para a temática tratada nesse artigo, localizada em livros, artigos e legislações nacionais e do município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo.

Após essa busca ativa, foi realizado a leitura, seleção dos textos e legislações pertinentes para a análise de conteúdo e elaboração da pesquisa escrita.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A rede municipal de ensino de Vila Velha - ES é uma das redes que mais tem implementado a disciplina de Ensino Religioso na Grande Vitória, haja vista sua política educacional peculiar voltada para tal finalidade. Percebe-se que há uma política de formação continuada que vislumbre a discussão da disciplina de Ensino Religioso numa perspectiva plural e multicultural, levando em consideração que essa área do conhecimento não deva impor uma religiosidade e sim apresentá-las como fundamento histórico cultural no campo da Religião. Além disso, os professores dessa disciplina têm total liberdade e autonomia pedagógica para tratar da diversidade cultural desde que não fira a legislação, as orientações curriculares e os princípios da educação voltados para os direitos humanos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) a escola já não pode considerar a disciplina de Ensino Religioso como uma simples informação sobre determinada religião ou grupo religioso; nem o considerar como catequese, a exemplo do período colonial e imperial; ou, ainda, orientá-lo pelos princípios de um regime legalista, como se verificou, por longo tempo, no período republicano.

Uma educação orientada pelos princípios democráticos, que vise ao pleno desenvolvimento do ser humano, pauto no direito, onde as relações no processo ensino aprendizagem devem favorecer, pelo exercício do diálogo, da pesquisa, do estudo, da construção e reconstrução coletiva dos saberes, o respeito ao diferente e às diferenças, a prática de solidariedade e participação na constituição de uma sociedade justa, fraterna e humana, que questione as fontes geradoras do sofrimento, ignorância e a injustiça.

Compreendemos com isso que, mais do que estar presente em uma lei ou mesmo em uma proposta curricular, a problemática sobre as diferenças e, especialmente,

sobre as questões religiosas deverá ser implementada na escola pela sensibilização e pelo conhecimento dos conteúdos pelos docentes comprometidos.

REFERÊNCIAS

BERNHOEFT, R; Gallo. **Governança na empresa familiar**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 dez, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm> Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm> Acesso em: 20 ago.2018.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 20 ago. 2018.

CAETANO, Maria Cristina; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Ensino religioso: sua trajetória na educação brasileira**. Trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de História da Educação, Goiânia, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Maria%20Cristina%20Caetano%20e%20Maria%20Auxiliadora%20Monteiro%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre igreja e o estado no Brasil. **Educação em Revista**, n. 17, p. 20-37, jun. 1993.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GIL. Antônio Carlos. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2001.

JUNQUEIRA, Sergio Rogerio Azevedo; MENEGHETTI, Rosa Gitana. **Ensino religioso e sua relação pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; WAGNER, Raul. (Org.). **O ensino religioso no Brasil**. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2011.

MARIANO, Leonardo. **Ensino religioso na escola**. Filosofia e Religião em Foco, 16 jun. 2010. Disponível em: <<http://evangelistamariano.blogspot.com.br/2010/06/o-ensino-religioso-na-escola.html>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

OLIVEIRA, Lílian Blanck et al. **Ensino religioso no ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2007.

VILA VELHA. **Conselho Municipal de Educação de Vila Velha**. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/educacao-conselho-municipal-de-educacao>>. Acesso em:18 set. 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizado 7, 13, 18, 33, 34, 37, 43, 44, 68, 133, 147, 169, 170, 171, 174, 176, 177, 181, 186, 193, 216, 218, 230, 253

Arte 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 65, 90, 148, 150, 187, 193, 194, 196, 259

Avaliação em processo 131, 134, 135

B

Bilinguismo 32, 33, 34, 37, 39, 43

C

Cidadania 21, 77, 78, 79, 82, 84, 85, 88, 101, 102, 103, 106, 107, 110, 111, 112, 117, 129, 146, 182, 219, 232, 233, 234, 237, 239

Cuidar 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 65, 139, 219

Cultura de paz 195

E

Editais 143, 144, 150, 151, 152, 154, 156, 157

Educação no Brasil 91, 95, 100, 103

Educar 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 45, 63, 92, 178, 200, 231, 232, 238

Ensino Religioso 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Escola 29, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 53, 54, 56, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 71, 74, 85, 90, 92, 98, 99, 100, 104, 105, 107, 111, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 130, 141, 146, 148, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 177, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 233, 235, 237, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 253, 259

Escolas do amanhã 59, 65, 67, 71

Estágio Supervisionado 1, 2, 6, 8

Estudo de caso 38, 53, 58, 110, 131, 136, 137, 141

F

Formação de Professores 2, 14, 20, 49, 53, 54, 55, 58, 74, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 154, 159, 161, 162, 167, 223, 230, 250, 252, 254, 255, 257, 258, 259

Formação Docente 9, 11, 13, 20, 53, 121, 122, 123, 127, 148, 162, 167, 168, 187, 257, 258

FUNDEB 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110

G

Gestão democrática 100, 191

Gestão escolar 49, 55, 113, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 196, 199

H

Herbicida 202, 205, 207, 208

I

IDEB 47, 48, 50, 59, 60, 61, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 73

Inovação no Ensino 120, 121

Interações sociais 188, 189, 190, 191, 192, 199

Interdisciplinaridade 1, 6, 8, 124, 127, 230

L

Legislação 32, 34, 35, 36, 98, 103, 114, 115, 116, 118, 190

M

Metodologias Ativas 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 141, 182

P

Participação política 76, 83, 97

Pedagogo 91, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 158, 244, 258

Plano de Ações Articuladas 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Polícia e Escola 112

Políticas Educacionais 49, 50, 52, 58, 91, 99, 191, 199, 252, 258, 259

Políticas Públicas 33, 47, 48, 50, 52, 55, 62, 74, 86, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 101, 102, 106, 110, 111, 113, 259

Prática docente 38, 120, 123, 221, 222, 224, 228, 254, 256

Professor 12, 13, 14, 15, 19, 20, 25, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 42, 78, 85, 87, 91, 100, 113, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 146, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 177, 178, 180, 184, 186, 187, 193, 198, 200, 217, 222, 223, 224, 228, 229, 231, 241, 243, 248, 250, 253, 254, 255, 256, 258, 259

R

Residência 221, 222, 223, 224, 229, 230

S

Saúde Ambiental 209, 210, 211, 212, 213, 215, 218, 219, 220

T

Tecnologias 11, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 35, 78, 79, 80, 84, 85, 87, 88, 127, 128, 129, 130, 146, 148, 150, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 235, 241, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

 **Atena**
Editora

2 0 2 0